

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É aplicável ao inspector chefe dos serviços de registo e do notariado o disposto no artigo 14.º do decreto-lei n.º 35:390, de 22 de Dezembro de 1945.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Dezembro de 1946.— ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite

Direcção Geral da Justiça

Portaria n.º 11:602

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do artigo 38.º do Estatuto Judiciário, seja aumentado com um lugar de copista o quadro do pessoal da secretaria judicial da comarca de Cantanhede.

Ministério da Justiça, 2 de Dezembro de 1946.— O Ministro da Justiça, Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 36:004

Com fundamento no disposto no § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, no artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, no artigo 2.º do decreto-lei n.º 33:538, de 21 de Fevereiro de 1944, nas alíneas a), b), c), d) e e) do artigo 35.º do referido decreto n.º 18:381, no artigo 2.º e seu § único do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, em execução do artigo 9.º do decreto-lei n.º 35:896, de 8 de Outubro de 1946, mediante propostas aprovadas pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933, e nos do referido artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São transferidas as seguintes quantias dentro dos orçamentos a seguir referidos:

### Ministério das Finanças

Do capítulo 12.º, artigo 217.º, n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei» . . . . .	— 72.000\$00
Para o capítulo 12.º, artigo 218.º, n.º 1) «Despesas de pessoal com a organização do orçamento, das contas públicas e outros serviços especiais nas diferentes repartições da Direcção Geral da Contabilidade Pública» . . . . .	+ 68.000\$00
Para o capítulo 12.º, artigo 218.º, n.º 2) «Remunerações ao pessoal menor por horas extraordinárias» . . . . .	+ 4.000\$00

### Ministério da Justiça

Do capítulo 7.º, artigo 317.º, n.º 2) «Pessoal contratado não pertencente aos quadros» . . . . .	— 13.067\$10
Para o capítulo 7.º, artigo 318.º, n.º 1) «Alimentação» . . . . .	+ 13.067\$10

### Ministério da Marinha

Do capítulo 4.º, artigo 122.º, n.º 2) «Material de defesa e segurança pública», alínea a) «Armamento portátil, acessórios de armamento, equipamento e outro material» . . . . .	— 20.000\$00
Para o capítulo 4.º, artigo 123.º, n.º 2) «De semoventes», alínea a) «Escaleres a motor e material de transportes terrestres e marítimos de Vale de Zebro e Azinheira» . . . . .	+ 20.000\$00

### Ministério das Obras Públicas e Comunicações

Do capítulo 4.º, artigo 83.º, n.º 3) «Obras marítimas e fluviais», alínea c) «Portos e costas marítimas» . . . . .	— 45.000\$00
Do capítulo 17.º, artigo 168.º, n.º 2) «Construção de aeroportos e aeródromos, incluindo todas as despesas do pessoal e material:	
Alínea c) «Aeródromo de Faro» . . . . .	— 1.000.000\$00
Alínea e) «Aeródromo de S. Jacinto» . . . . .	— 1.000.000\$00
Alínea f) «Outros aeródromos e instalações para a aviação civil» . . . . .	— 2.000.000\$00
Para o capítulo 4.º, artigo 85.º, n.º 1) «De imóveis», alínea a) «Reparação e conservação de portos e obras nas costas marítimas» . . . . .	+ 45.000\$00
Para o capítulo 17.º, artigo 168.º, n.º 2) «Construção de aeroportos e aeródromos, incluindo todas as despesas do pessoal e material», alínea a) «Aeroporto de Lisboa» . . . . .	+ 4.000.000\$00

### Ministério da Economia

Do capítulo 3.º, artigo 35.º, n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei» . . . . .	— 21.900\$00
Para o capítulo 3.º, artigo 36.º, n.º 2) «Remunerações aos tirocinantes» . . . . .	+ 21.900\$00

Art. 2.º São abertos no Ministério das Finanças, a favor dos Ministérios a seguir designados, créditos especiais no montante de 55:768.313\$80, destinados quer a reforçar verbas insuficientemente dotadas, quer a prover à realização de despesas não previstas no Orçamento Geral do Estado em vigor:

### Ministério das Finanças

Capítulo 2.º — Presidência da República — Secretaria da Presidência da República:

Artigo 22.º, n.º 2) «Despesas eventuais de representação a efectuar com as cerimónias oficiais na Presidência da República, viagens do Chefe do Estado no País, diferentes abonos e despesas do pessoal da Presidência da República e de outras entidades que oficialmente o acompanhem nas aludidas cerimónias e viagens e outras despesas também eventuais e imprevistas» . . . . .	450.000\$00
---	-------------